

PROBLEMATIZANDO AS SUPOSTAS LACUNAS ENTRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO

Luciana Azevedo¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: lucyazvdo@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-58>

RESUMO: O presente artigo apresenta e problematiza alguns elementos resultantes da pesquisa de mestrado em Serviço Social, sobretudo aqueles que indicam, conforme entrevistas realizadas, uma suposta lacuna na formação profissional no que tange à abordagem das atribuições privativas consideradas diretivas, às quais se concentram em administrar, planejar, avaliar e monitorar planos, programas, projetos e serviços. Para tal análise, tomou-se como veio condutor a ampliação da demanda por assistentes sociais com requisições diretivas no Maranhão dando-se, contraditoriamente, no bojo da expansão das políticas neoliberais focalizadas, no arcabouço da divisão internacional do trabalho, como particularidade do processo de acumulação. Reflete-se, ainda, a respeito desse campo de exercício profissional, a saber, aquele cujas exigências estão no âmbito da avaliação e monitoramento de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Exercício Profissional. Atribuições.

PROBLEMATIZING THE ALLEGED GAPS BETWEEN TRAINING AND PROFESSIONAL PRACTICE IN SOCIAL WORK IN MARANHÃO

ABSTRACT: This article presents and problematizes some elements resulting from master's research in Social Work, especially those that indicate, according to interviews conducted, a supposed gap in professional training regarding the approach to exclusive attributions considered directive, which focus on administering, planning, evaluating, and monitoring plans, programs, projects, and services. For this analysis, the guiding thread was the increased demand for social workers with directive requirements in Maranhão, occurring, contradictorily, within the context of the expansion of neoliberal policies focused on the framework of the international division of labor, as a particularity of the accumulation process. It also reflects on this field of professional practice, namely, that whose demands are within the scope of the evaluation and monitoring of public policies.

KEYWORDS: Training. Professional Practice. Attributions.

INTRODUÇÃO

Analisar a formação profissional em Serviço Social no Maranhão, sobretudo problematizando-se a apreensão dos recém-formados sobre as respostas da formação ao

¹ Estudante de Doutorado em Serviço Social, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Trabalhadora Social da secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS, de São Luís/Maranhão – Brasil.

exercício profissional, tomando como referência as atribuições e competências, exige apreender-se o âmago das relações em que essa formação se processa. Exige ainda situar tal formação no bojo da divisão internacional do trabalho e da expansão das políticas sociais neoliberais no Brasil para, então, vislumbrar os determinantes subjacentes à suposta lacuna entre formação e exercício profissional no que tange às atribuições e competências diretivas.

Assim, é problematizando os desafios ao exercício profissional no que tange às atribuições diretivas no âmbito das políticas sociais, de racionalidade positivista e pragmática, com expansão focalizada, que se pode avançar, de forma crítica, para além dos determinantes das demandas postas aos assistentes sociais e de suas inquietações.

A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO NO CONTEXTO DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: A QUESTÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Para analisar a relação entre formação e exercício profissional em Serviço Social no Maranhão, particularizou-se esse processo no estado da federação, haja vista que a expansão da formação profissional em Serviço Social carrega elementos específicos das demandas pertinentes à formação social, econômica e política do estado. Ou seja, como periferia da periferia do capitalismo, no âmbito da divisão internacional do trabalho, o Maranhão possui industrialização precária, absorção da força de trabalho incipiente do ponto de vista formal. Assim, boa parte da classe trabalhadora legalmente empregada sobrevive de empregos públicos e, no outro extremo, têm-se os terceirizados com vínculos precários, trabalhadores do campo, “autônomos” ou sobreviventes de benefícios governamentais.

No que se refere ao aspecto produtivo, Harvey (2014, p. 1) deixa claro que “[...] sem expansão geográfica, reorganização espacial e desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo teria parado de funcionar há muito tempo [...]”. Assim, faz parte de seu processo de acumulação a inserção desigual em locais com formações sociais distintas, sobremaneira com força de trabalho mais barata, pois são nessas condições que o capitalismo ajusta e garante seu processo de valorização a taxas maiores. Ademais,

conforme o autor, uma das estratégias capitalistas alternativas à organização sindical da força de trabalho ou à sua escassez é mobilizar segmentos da população que ainda não tenham sido proletarizados, tais como camponeses e populações rurais.

Exemplificando esse processo exposto por Harvey (2011-2014), o Maranhão como periferia da periferia, assim como diversas localidades de países subdesenvolvidos, tornou-se um atrativo para o capital porque aglutina força de trabalho extremamente barata premida por condições de pobreza e miséria, facilidade na aquisição de matéria-prima e escoamento da produção através da estrada de ferro Carajás e do Porto do Itaqui.

Dessa forma, a relação do Maranhão, estado extremamente desigual do ponto de vista social, com o capitalismo mundial se expressa na histórica implementação, com anuência governamental, dos grandes projetos desenvolvimentistas tais como a Ferrovia Serra dos Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, inaugurados na década de 80, via expulsão do pequeno produtor sustentada no forte coronelismo local. Na esteira desses projetos somam-se outros que dependiam dessa infraestrutura para viabilizar-se, dentre eles, o de cultivo da soja, empresas de produção de carvão vegetal, celulose, papel e metalúrgicas, que, por sua vez, inviabilizam a agricultura familiar e agravam a situação fundiária e ambiental no estado (Barbosa, 2006).

Logo, se por um lado, tais projetos o têm levado a assumir posições de relevância no que se refere ao seu Produto Interno Bruto, por outro lado, os índices sociais demonstram que a desigualdade também cresceu e a pobreza aumentou em relação inversamente proporcional ao crescimento da riqueza socialmente produzida², demonstrando que sua apropriação é privada em todos os sentidos.

Convém enfatizar que no Maranhão é visível a acumulação nominada por Harvey (2011) de acumulação por despossessão. A exemplo disso, tem-se ainda hoje a luta das comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais, pela propriedade da terra, direito garantido na Constituição de 1988 e que, conforme Sant'Ana

² Conforme o atlas da exclusão social no Brasil (Guerra, Pochmann & Silva, 2014), em 2010 o Maranhão figurou como o estado com pior índice de emprego formal da federação e pior índice de exclusão social do País, juntamente com o Pará e Alagoas. E não é de se estranhar, diante de tais dados, que o Maranhão também tenha figurado como o estado com pior índice de pobreza. Dados do IBGE (2015) indicam que o Maranhão tem uma população estimada em 2014 de 6.850.884 (seis milhões oitocentos e cinquenta mil e oitocentos e oitenta e quatro) pessoas. Mas, apesar de ter extensão de 331.936,948 Km² e 217 municípios, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente em 2014 declarado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE foi de R\$461,00 (quatrocentos e sessenta e hum reais).

Junior, Ribeiro Junior e Silva (2011), gera conflitos até o presente momento porque foi comprometido, também, pela implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial, que se iniciou na década de 1970s.

É nesse contexto que, no bojo das reformas neoliberais implementadas pelo Estado, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores, expandiram-se o número de instituições de ensino superior privadas. Assim, sob orientação de organismos internacionais, vide FMI e Banco Mundial, o estado brasileiro passou a implementar uma política de favorecimento à expansão do ensino superior privado, com pífia fiscalização estatal, como forma também de favorecer os investimentos do capital excedente em setores lucrativos, e por isso rentáveis.

É também no bojo da expansão da política de assistência social, mediante a expansão dos programas de transferência de renda, que se ampliou a demanda e, conseqüentemente, o mercado de trabalho dos assistentes sociais, o que reforçou a política de expansão do ensino superior sob orientação de organismos multilaterais, de modo que em 2013 se já se tinham sete cursos de Serviço Social de âmbito privado no Maranhão.

Por outro lado, as próprias desigualdades geradoras da questão social, mais graves no referido estado, demandaram o enfrentamento do capital pela mediação do estado, que a fez pela via da assistência como política central governamental de trato à extrema pobreza, à qual foi responsável nas últimas décadas pelo processo de interiorização e expansão do mercado de trabalho para o assistente social no Maranhão, sobretudo após a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Diante desse panorama, na pesquisa que ora se apresenta, objetivou-se analisar a formação profissional à luz do exercício. Assim, entrevistou-se as assistentes sociais em exercício profissional nos mais diversificados campos de atuação, formadas entre 2012 e 2013, tendo como referência as atribuições privativas e competências constantes na Lei

³ A saber: estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando a província mineral de Carajás (sudeste do Pará) ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (dirigido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária), da Ponta da Madeira (de propriedade da então Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale) e da ALUMAR; oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR, subsidiária da ALCOA)³ e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA); projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho, eucalipto) no sul, sudeste e leste do estado; e, mais recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, já que a construção da Refinaria Premium da Petrobrás foi abortada.

nº 8662/1993, de regulamentação da profissão e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Isso porque ambos, formação e exercício profissional no Brasil, têm como parâmetro o projeto ético-político profissional que, por sua vez, é amparado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no Código de Ética da profissão, na produção fundamentada na tradição marxista e nas instâncias de organização da categoria, a saber: o conjunto dos Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social CRESS/CFESS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e ABEPSS.

Desse modo, ao indagar-se às assistentes sociais recém-formadas, já em exercício profissional, a respeito de como estas avaliavam a formação profissional no que tange às atribuições e competências profissionais, verificou-se que a maioria considerou satisfatória a abordagem daquelas consideradas síntese da formação profissional⁴. Entretanto, ao se indagarem a respeito daquelas que têm cunho mais operativo ou interventivo⁵.

Por outro lado, a maioria das entrevistadas elencou pontos positivos na formação profissional sustentada na fundamentação teórica a partir de Marx, no que tange a possibilitar o exercício profissional em conformidade com o projeto ético-político do Serviço Social, de modo que foi visível a adesão em torno do projeto ético-político e da fundamentação teórica a partir de Marx para a formação profissional. Assim, nas respostas foram feitas referências às categorias contradição, teoria e prática, totalidade, aparência e essência, capitalismo, dialética, e ainda às temáticas, tais como atuação crítica

⁴Constantes em Azevedo (2015). A saber, aquelas mais abrangentes, constantes nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, às quais possuem perspectiva de totalidades maiores. São elas: 1- Compreensão da natureza e do significado social da profissão; 2 - Identificação das demandas presentes na sociedade visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. Ressalta-se que se acrescentou na pesquisa a indagação a respeito da natureza, constante originalmente no texto das diretrizes, mas não especificamente nesse quesito, o qual fora apresentado na entrevista.

⁵As atribuições e competências abordadas na entrevista são as que seguem, reforçando que sempre haviam observações a respeito de planejar, administrar e avaliar como elementos que formação diminuiu. E quando se abordaram aquelas atribuições e competências consideradas diretivas, ou seja, que se referem a administrar, avaliar, coordenar, monitorar planos, programas e serviços em matéria de Serviço Social, evidenciou-se nas respostas uma lacuna entre formação e exercício profissional, tendo em vista que a maioria considerou a abordagem de tal atribuição de forma insatisfatória na formação profissional deixaram a desejar na formação profissional: 1- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social. 2- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais.; 2- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; 3- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; 4 - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; 5 - Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; 6- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

e reflexiva.

Ao serem solicitadas a evidenciarem os aspectos negativos, indicaram o refluxo dos movimentos sociais, a falta de autonomia profissional gerida pela relação contratual, a dificuldade de alguns profissionais em estabelecer as mediações e de compreender a categoria contradição, levando a uma visão radical que não traduz ir às raízes, e sim um sentido dogmático. Ademais, foram apontadas questões pontuais, a exemplo, a necessidade de rever outros referenciais teóricos, e uma possível tendência messiânica no trato do projeto ético-político e da tradição marxista, em que se atribuiu unicamente à vontade do sujeito profissional a responsabilidade de atuar de forma crítica.

Também se tornou explícita que a maioria das instituições de ensino superior, conforme as respostas das entrevistadas, vêm dando conta das atribuições e competências exigidas no âmbito das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e da Lei de Regulamentação da Profissão, com exceção das atribuições e competências diretivas. Essa lacuna explicita-se como tendência na pesquisa, indistintamente ao caráter público ou privado da instituição de formação de origem das assistentes sociais que responderam à entrevista.

O que se aponta como hipótese que explique o descompasso entre a avaliação da abordagem satisfatória das competências sínteses da formação e a abordagem insatisfatória de algumas competências que possuem um cunho mais operativo ou interventivo é que, embora os recém-formados concordem com a importância da formação profissional amparada na tradição marxista, não conseguem articular os desdobramentos dessa formação no que tange à articulação entre os componentes curriculares, com ênfase mais analítica e componentes curriculares com ênfase mais operativa.

Entretanto, quais os condicionantes e determinações que levam a esse contraditório resultado?

FOCALIZAÇÃO, SELETIVIDADE E EXIGÊNCIAS PRAGMÁTICAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS: LACUNAS ENTRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO?

Primeiramente, é necessário frisar que se vivencia no Brasil, a partir da década de 1990 a hegemonia das políticas neoliberais, com o que Behring e Boschetti (2010)

nominaram de contrarreformas neoliberais do Estado, marcadas por privatizações, terceirizações e estímulo ao capital privado, com empréstimos a juros mais baixos, no que as autoras chamam de aparente esquizofrenia. Isso porque enquanto o discurso hegemônico argumentava que o problema estava no Estado, e que seria necessário reformá-lo, a política econômica aplicada corroía os meios de financiamento deste, deixando o país à mercê dos especuladores do mercado financeiro, provocando o crescimento galopante das dívidas interna e externa.

Desse modo, as políticas sociais que, conforme as autoras, historicamente foram constituídas de forma corporativista, patrimonialista e de cima para baixo, com direitos no papel e distantes da realidade, na contrarreforma neoliberal apresentam como característica principal a seletividade, focalização e exclusão. Com descentralização como mera transferência de responsabilidades, desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social e tendência geral de restrição e redução de direitos.

Assim, sob o argumento da crise fiscal, as políticas sociais são transformadas em ações pontuais e compensatórias, direcionadas especificamente para os efeitos mais perversos da crise, daí porque as autoras afirmam seu impacto pífio e a seletividade e focalização como características mais expressivas. É nessa perspectiva que, mediante a privatização das políticas sociais especialmente no âmbito da seguridade social, reforça-se a figura do cidadão consumidor, ou seja, a dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços. Enquanto a seletividade assegura acesso somente àqueles comprovada e extremamente pobres. Nestes termos Mota (citado por Behring e Boschetti, 2010) aponta a tendência de privatização da saúde e previdência, e ampliação dos programas assistenciais.

E, em sua análise sobre a conexão entre seguridade social, política de assistência e política econômica, no bojo do capitalismo mundial, Mota (2009) demonstra que, em uma sociedade marcada pelo capitalismo dependente, contraditoriamente, a configuração da assistência social como política social, normatizada mediante a constituição de um sistema, em tempos de política neoliberal guardou relações com a estratégia de favorecimento do capital internacional.

Estas relações deram-se mediante mecanismos de privatização da saúde e da previdência, instituída na figura do cidadão-consumidor, assim como de expansão da

política de assistência, inicialmente pela transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil e, posteriormente, pela expansão da transferência de renda aos beneficiários. Assim, com a expansão da política de assistência, ela assumiu o papel de estruturadora da seguridade social, o que levou a um retrocesso no que tange ao direito ao trabalho, posto que nessa conjuntura a assistência só se concretiza como direito mediante a negação dos direitos à saúde, à previdência e ao trabalho.

Esse panorama é identificado também por Paiva (citado por Mota, 2009), que verifica a previdência cobrindo somente os assalariados e a assistência os miseráveis, de modo que nessa lógica os pobres economicamente ativos ficam, por sua vez, desprotegidos. Tal perspectiva é reforçada pela análise de Bochetti (citado por Mota, 2009) que identifica aumento de recursos públicos direcionados à expansão da transferência de renda em detrimento de pífio recurso direcionado aos serviços socioeducativos realizados nesta mesma política social.

Faz-se mister destacar que a assistência social, mediante o binômio incluídos e excluídos, também consolida-se em um momento que, contraditoriamente, no Brasil e no mundo vivia-se a reestruturação do capital, à qual, sob a lógica do Estado mínimo neoliberal, das privatizações, da terceirização e da flexibilização, trouxe como reverso um adensamento do contingente daqueles não incorporados pelo mercado de trabalho, ou incorporados de forma precária.

Desse modo, em uma sociedade que sequer viveu um estado de bem-estar, na qual ainda se estava tentando consolidar direitos recentemente garantidos na constituição federal, o advento do neoliberalismo, combinado com a reestruturação produtiva, inicia seu desmonte. É nessa conjuntura que se amplia e consolida a política nacional de assistência social no Brasil, e é nesse bojo que se tem também a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais no estado do Maranhão. Cabe ressaltar que tal expansão não rompeu com a lógica focalista e seletiva da política neoliberal.

Entretanto, há um elemento em comum no âmago da contrarreforma do Estado que atinge o conjunto das políticas sociais, qual seja a descentralização das políticas sociais como mera transferência de responsabilidade, que se traduz em gerir os pífios⁶

⁶ Entende-se como pífios porque o regime compartilhado no financiamento das políticas públicas tem como consequência a sobrecarga dos municípios no custeio das políticas sociais, quando a maior fatia dos impostos fica com

recursos transferidos aos municípios, cuja aplicação é monitorada pelo governo federal, sobretudo através de monitoramento via internet do planejamento dos municípios, a respeito do gasto dos recursos transferidos.

Desse modo, é exigida pelo ente federal a alimentação em plataforma online de documentos, tais como planos plurianuais e demais planejamentos dos programas, projetos e serviços a serem executados em cada política social, assim como o envio de relatórios regulares indicando processualmente sua execução. É nesse contexto que aumenta a requisição aos assistentes sociais para o exercício de atribuições diretivas tais como administrar, planejar, monitorar e avaliar.

Nessa mesma direção, Trindade (2001) aponta o caráter racionalista formal-abstrato próprio da sociedade burguesa, o qual se expressa também no conjunto das políticas sociais. Em outros termos, como em detrimento de promover a igualdade social, como pretendia a razão iluminista, o que ocorreu com a expansão do capitalismo foi seu reverso; com mais pobreza, miséria e desigualdade, esse quadro impôs a necessidade de soluções aos pensadores, os quais empregaram tal tarefa por meio da construção do conhecimento.

Nesse âmbito Trindade (2001) explica que emerge e se desenvolve no século XX as bases do pensamento racionalista formal, o qual se repõem em várias teorias sociais particulares, sobretudo nas disciplinas especializadas ligadas às ciências sociais, e também nas diversas especializações profissionais, voltadas à intervenção social. Assim, o racionalismo de caráter formal e abstrato, próprio à hegemonia burguesa, o qual hoje tem em Durkheim sua principal expressão, infiltra-se nas relações sociais entre indivíduos, instituições e organizações sociais, passando a funcionar como mecanismo de produção e reprodução ideológica. Finalmente, Trindade (2001, p. 4) explica que:

Instala-se um paradigma de explicação e ordenação da realidade social, que toma os fenômenos sociais com um padrão de objetividade semelhante àquele empregado para os fenômenos naturais. Com isso, as necessidades de legitimação da ordem burguesa levam à persistência de um pensamento que nega a constituição ontológica do real como totalidade, referendando uma racionalidade que não considera as determinações referentes à ruptura entre ser natural e ser social.

É nessa dimensão que se repõe a ideia de que a formação não está dando conta do

o governo federal para pagar juros da dívida pública.

exercício profissional das assistentes sociais. Ela advém, pois, do tecnicismo, da tentativa de moldar o exercício profissional consoante à sociabilidade burguesa, como uma técnica social. Por isso, como as políticas sociais estão eivadas dessa racionalidade que manipula variáveis com o fim de produzir determinado resultado, essa característica inflexiona o Serviço Social na formação e no exercício.

Na mesma perspectiva, Guerra (2011) aponta que as políticas sociais são moldadas tendo como fundamento a racionalidade formal abstrata. Como instância de mediação que conforma demandas tanto da classe trabalhadora quanto do capital, as políticas sociais assumem um caráter racionalista de causa e efeito, o que se dá em coerência com a própria racionalidade burguesa. Entretanto, como atualmente o assistente social insere-se nessa composição, mas é formado em uma perspectiva crítica, tende a ficar premido entre as demandas tecnicistas e operacionais, requeridas no âmbito do imediato, e seu projeto de classe, não conseguindo fazer a mediação entre essas dimensões, e como consequência, recai em uma lógica pragmática e utilitarista.

No que se refere às dificuldades de relacionar sua formação às demandas profissionais exigidas, a autora Guerra (2011) explica que ele consiste no não entendimento de que as políticas sociais moldam-se nessa lógica. Desse modo, o não domínio do método de análise redundando na ausência de mediações, e então o assistente social, na ânsia de dar um constructo que possa analisar seu objeto de intervenção, costuma lançar mão dos quadros teóricos adaptados à referida sociabilidade. E, ao recuperar o percurso do método dialético, suas dificuldades o levam a concluir equivocadamente que a formação não está respondendo às demandas do exercício profissional.

Cabe destacar que faz parte da matriz curricular do Serviço Social disciplinas de planejamento, onde se reflete a respeito das atribuições diretas da profissão. Desse modo, entende-se que a essência da suposta lacuna entre formação e exercício é oriunda do primado de demandas pragmáticas, imediatistas e recortadas, às quais o capital requisita ao assistente social mediante a execução de políticas públicas, de caráter positivista, no enfrentamento das sequelas da acumulação capitalista apresentadas como expressões da questão social.

Daí por que os assistentes sociais defendem que a formação deve redobrar os esforços no que diz respeito aos elementos operativos, especialmente os componentes

curriculares, que adquiriram maior status na atualidade. Sobretudo, considerando-se que a demanda por profissionais para administrar, elaborar e monitorar a execução de planos, programas, projetos e serviços, com emissão de relatórios de execução devidamente relacionados ao orçamento empregado, passou a ser a exigência do momento.

Tendo em vista tal realidade, o que é possível apontar a respeito das atribuições diretivas, especialmente no planejamento e avaliação de políticas sociais?

DESAFIOS AO ASSISTENTE SOCIAL NO EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÕES DIRETIVAS: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O planejamento e avaliação de políticas sociais constituem-se em um lócus de atuação do assistente social, atribuições estas requisitadas pelo capital a esta profissão, razão pela qual está entre suas atribuições privativas ações constitutivas do planejamento e avaliação, tais como coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social, assim como planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social.

É certo que embora as atribuições profissionais indiquem aquilo que é a matéria do serviço social, as requisições do capital pela mediação do Estado vêm ao longo dos anos indicando serem nas políticas sociais a atuação do assistente social, tendo em vista serem elas as mediações para o enfrentamento do capital às sequelas da sua própria acumulação, especialmente no que tange às expressões da questão social.

Todavia, se nos primórdios de sua institucionalização esta profissão era requisitada apenas para execução terminal de projetos e serviços, as demandas requisitadas pelo capital pela mediação do Estado avançaram para planejamento e avaliação (ou monitoramento) de políticas sociais.

No âmbito da divisão sociotécnica do trabalho, tais especializações situam-se no âmbito da administração, o qual Bravermann (1974), a partir de Taylor, aponta como gerência científica. Assim, Barbosa (1993), por sua vez, indica, a partir de Braverman (1974), que ao longo do século XX, com os estudos de Taylor, administrar passou a significar racionalização do trabalho por meio do planejamento de todos os passos, da organização e coordenação de todas as atividades de produção.

Nestes termos, amparada em Braverman (1974) a autora demarca que o capitalista empenha-se em controlar o trabalho através da gerência, inicialmente na empresa

moderna. Perspectiva esta que se espalha às demais instituições da sociedade capitalista, às quais executam processos de trabalho, de modo que o Estado tem uma inserção na economia e nas ações compensatórias já na fase monopolista do capitalismo. Emergindo assim, mediante um conjunto de medidas normativas de organização do trabalho e dos serviços públicos, baseados no discurso técnico científico da gerência, o qual subjaz também a função político- ideológica de regular e controlar a sociedade civil.

Aponta ainda que, morfológicamente, administração refere-se ao processo de organização das relações de trabalho, os quais são equacionados pelo gerente nas ações de gerenciamento circunscritas ao planejamento. Este, em sentido amplo, consiste em ação racional planejada em relação ao futuro, que indica sua capacidade teleológica, pois é ação baseada em cálculo a fim de impulsionar o sujeito à sua atuação sobre a realidade.

Entretanto, embora no plano das ideias o planejamento seja herdeiro do iluminismo no que tange à ideia de emancipação por meio da razão, de modo que no século XIX passou a ser objeto de atuação sistemática, visando atender o desenvolvimento econômico e social dos povos, na modernidade quanto mais a sociedade cresce, menos ela participa do planejamento.

No que se refere ao Serviço Social, fundamentando-se em Barbosa (1993), aponta-se que tal conhecimento interessa a esta área porque permite ao profissional aprofundamento sobre os mecanismos institucionais de reprodução da sociedade, haja vista ser uma demanda requisitada pelo capital. Ademais a especificidade da ação dos assistentes sociais envolve funções gerenciais, além da necessidade que o profissional tem de conhecer o repertório para responder às demandas por tais conhecimentos, contribuindo para o conhecimento crítico dos espaços onde atua, assim como para escolha das melhores estratégias de ação profissional.

Nestes termos, a partir dos estudos de Barbosa (1993, p. 38), compreende-se que o gerenciamento enseja o “[...] conjunto de práticas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos programas e ações voltados para a melhoria do estado social dos agentes possuidores de carências no plano da reprodução social [...]”. Acrescenta-se à autora o gerenciamento das políticas sociais, entendidos em suas dimensões de monitoramento e avaliação de políticas sociais.

Sendo a profissão da assistente social uma especialização do trabalho coletivo, que atua nas condições de reprodução da força de trabalho mediante a inserção em

políticas públicas, é tencionada pela contradição presente no jogo de forças sociais subjacentes à luta de classes que permeiam a construção das políticas sociais.

Desse modo, a atuação dessa profissão no monitoramento e avaliação pode fortalecer a organização e luta da classe trabalhadora pela ampliação de direitos sociais, sobretudo na construção de indicadores de monitoramento e relatórios qualitativos que demonstrem a imensa lacuna entre as políticas públicas e sociais oferecidas e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, evidenciada pela desigualdade social e pelas expressões da questão social, que não são alcançadas pelas políticas em questão.

Por outro lado, o desafio dessa profissão é fortalecer a luta democrática no interior das instituições, sobretudo quando as políticas públicas são construídas a partir da racionalidade técnica, com fundamentos positivistas, ou seja, de forma tecnicista, calcadas em critérios de eficiência e efetividade, que muitas vezes significam tão somente enxugamento de custos no trato às sequelas da acumulação. Políticas sociais estas que, no bojo do neoliberalismo, são focalistas, seletistas e excludentes, de modo que não se pode perder de vista a relativa autonomia determinada pela condição de trabalhador assalariado do assistente social, o que a posiciona entre seu projeto profissional e o projeto do capital, mediado pela política social que requisitou sua força de trabalho, à qual ele se encontra subordinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-se a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais no Maranhão, assim como das instituições de ensino superior, compreende-se que, contraditoriamente, se dão no bojo das políticas neoliberais, às quais, ainda que com expansão de grande envergadura nos governos do Partido dos Trabalhadores, mantiveram seu caráter focalista e seletista, com ênfase na expansão da política de assistência social, em detrimento daquelas que fortalecem o trabalho formalizado. Ou seja, em coerência ao processo internacional de reestruturação produtiva do capital,

Assim, embora de caráter focalizado, com reforço da assistência em detrimento das demais políticas, tal expansão é considerável no estado do Maranhão, haja vista a forte desigualdade social evidenciada nos índices sociais de baixa escolaridade, desemprego, e renda insuficiente, os quais responderam pelo número substancial de

transferências de renda aos moradores dessa unidade da federação, assim como da expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Entretanto, como são próprias da sociabilidade capitalista em sua fase monopolista, tais políticas sob o primado da racionalidade formal, abstrata, durkheimiana e pragmática, demandam aos profissionais respostas mais pragmáticas, de um lado, e mais diretivas do outro. Especialmente no que tange à descentralização das políticas, que se traduziu em mera transferência de responsabilidades aos entes municipais e demandas por respostas no que tange ao planejamento, elaboração e monitoramento dos recursos executados, os quais, vale dizer, em quantidade insuficiente para dar conta das exigências dos entes federais.

Nessa perspectiva há um redimensionamento das demandas postas aos assistentes sociais, que são requisitados e elaborar, planejar e executar os planos, programas, projetos e serviços das políticas sociais, construindo processualmente relatórios que indiquem a alocação sistemática dos recursos transferidos. Por consequência, uma avaliação por parte das assistentes sociais de que estas atribuições e competências não estão sendo abordadas satisfatoriamente na formação profissional, muito embora faça parte da matriz curricular, disciplinas de planejamento e avaliação.

Nestes termos, compreende-se que os fundamentos teóricos e políticos das supostas lacunas entre formação e exercício profissional em Serviço Social, sobretudo no que tange às atribuições e competências diretivas, relacionam-se aos fundamentos da sociedade burguesa, sobretudo do trato expressivo e relevante que esta confere à dimensão instrumental da vida ao abordar as sequelas da acumulação. Por outro lado, aponta-se também que tais questões relacionam-se ao caráter contrarrevolucionário da sociedade burguesa de negar a razão dialética e reforçar o positivismo.

Entende-se, portanto, que em última instância o capital requisita, mediante políticas públicas, a intervenção do assistente social. Tal requisição, no contexto da reestruturação produtiva, com políticas de corte neoliberal, por isso focalistas, seletistas e excludentes, e ainda construídas sob os fundamentos do racionalismo e do positivismo, conforme explica Guerra (2011), evidenciam também o empobrecimento da razão que é característico do pensamento pós- moderno.

Nessa perspectiva a teoria utilizada na formação em Serviço Social, a qual se referencia no materialismo histórico-dialético, evidenciando categorias como contradição

e totalidade, em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, não é a mesma que fundamenta as políticas públicas, que, em última instância, vêm carregadas de conservadorismo e positivismo renovados como pós-modernidade.

Portanto, ao se abordarem amparados na tradição marxista, os traços fundamentais da sociedade capitalista, não há incoerência entre formação e exercício profissional no sentido de que a formação explicita o que o capital vai requisitar. O que há em si, e que o pragmatismo bem como a tendência ao messianismo costuma obscurecer, é a incompatibilidade entre o projeto do Serviço Social e o projeto do capital, os quais apontam horizontes radicalmente antagônicos. Daí desdobra-se todos os embates e supostas incoerências entre formação e exercício.

Porém, com formação amparada em um projeto cujo horizonte é radicalmente oposto ao do capital, o Serviço Social não se propõe a responder somente ao pragmático, e sim, para além do aparente, fornecer os subsídios teóricos que possibilitem seu descortinamento no sentido de que o assistente social consiga propor saídas que apontem para além da justificação do existente. Ou seja, que possibilitem o reconhecimento da contradição com vistas a uma atitude e visão de mundo crítica e dialética por parte dos sujeitos que recorrem à sua intervenção profissional.

Nessa perspectiva o exercício profissional do assistente social nas atribuições diretivas pode contribuir na construção de indicadores de monitoramento e relatórios que demonstrem a imensa lacuna entre as políticas públicas e sociais oferecidas e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida fortalecendo a necessidade de ampliação de direitos sociais, sobretudo requeridos pela classe trabalhadora, ou seja, pelos despossuídos.

Essa é a perspectiva que a formação profissional aponta no exercício profissional tensionado por classes sociais antagônicas, haja a relativa autonomia que o assistente social tem por estar submetido a uma relação de trabalho. Por essas razões é que seu exercício profissional será sempre questionado e confrontado como insuficiente para os objetivos do capital no que tange à racionalidade pragmática e decadente das políticas públicas e sociais oferecidas pela classe burguesa no trato às expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, L. (2015). A dimensão técnico-operativa na formação profissional em Serviço Social em instituições presenciais do Maranhão (Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco).
- BARBOSA, R. N. C. (1993). Introdução ao estudo da administração e planejamento aplicado ao trabalho do assistente social. Em *Pauta*, 1(14).
- BARBOSA, Z. M. (2006). Transformações econômicas, políticas e sociais no Maranhão contemporâneo: cenários de “desenvolvimento” regional. In: T. M. Lima, *Desenvolvimento, poder e cultura política* (pp. 47-64). São Luís: UEMA.
- BEHRING, E. R., e BOSCHETTI, I. (2010). *Política Social: fundamentos e história* (7. ed.). São Paulo: Cortez.
- BRAVERMAN, H. (1987). *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTC EDITORA.
- GUERRA, Y. D. (2011). *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- GUERRA, A., POCHMANN, M., E SILVA, R. A. (Orgs.). (2014). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- HARVEY, D. (2011). *O enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- HARVEY, D. (2014). A geografia do manifesto [Entrevista]. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2014/03/13/a-geografia-do-manifesto/>.
- MOTA, A. E. (2009). A centralidade da assistência na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: A. E. Mota. *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez.
- MOTA, A. E., MARANHÃO, C. H., E SITCOVISKY, M. (2009). As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: A. E. Mota, C. H. Maranhão, e M. Sitcovisky. *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez.
- SANT’ANNA JUNIOR, H. A., RIBEIRO JUNIOR, J. A. S., E SILVA, S. C. (2011). Projetos de desenvolvimento e conflitos territoriais no espaço amazônico maranhense: a duplicação dos trilhos da estrada de ferro Carajás e os impactos socioambientais nas comunidades quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo em Itapecuru-Mirim (pp. 1-21). Trabalho publicado no V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Belém. Disponível em: <http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/77-PROJETOS-DE-DESENVOLVIMENTO-E-CONFLITOS-TERRITORIAIS-NO-ESPACO.pdf>
- SILVA, M. O. S. (1995). *Formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão* (2. ed.). São Paulo: Cortez.
- TRINDADE, R. L. P. (2001). Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Revista Temporalis*, 2(4), 21-42.

Submissão: setembro de 2025. Aceite: outubro de 2025. Publicação: janeiro de 2026.